



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

1 07ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 09 DE 2 OUTUBRO DE 2025.

3 Ao nono (09º) dia do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco (2025), às dez horas (10h), iniciou-se a sétima (07ª) Reunião
4 Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Franca, realizada presencialmente na UNIFEJI – Rua Álvaro
5 Abranches nº682 – Cidade Nova – Franca. A reunião foi coordenada pela presidente, Angra dos Reis Florentino. Estiveram
6 presentes na reunião dezoito (18) conselheiros(as), sendo dez (10) da Sociedade Civil e oito (08) do Poder Público, com
7 os(as) seguintes **Conselheiros(as) Titulares:** Élcio Bento Ribeiro, José dos Reis Marcelino Silva, Ernestina Maria de
8 Assunção Cintra, Angra dos Reis Florentino, Jaqueline Santos de Paulo, Karla Cristina Miranda Melo, Elaine Pereira de
9 Souza, Iara Flávia Afonso Guimarães, Éder Furtado Ribeiro, Christiane Hakime de Souza, Sônia Maria de Andrade Souza e
10 Teresinha Vicentina Silva Goulart. **Conselheiros(as) Suplentes na Titularidade:** Maria Aparecida Donizete de Souza,
11 Leandro da Cruz Casaqui. Ana Flávia Dutra Souza e Geisla Fábica Pinto. **Conselheiros(as) Suplentes:** Natália Cristina
12 Ferreira Converso e Marina Ferreira Rocha Silva. **Pela Secretária-Executiva do CMAS estiveram presente:** Maria Amélia
13 Facioli Vergara, Secretária Executiva e o estagiário, Gabriel Da Rocha Moura. Também participaram da reunião, pessoas
14 convidadas e outros. A pauta da reunião, foi aprovada, ficando da seguinte forma: **1 – Ordem do dia: – Chamada e**
15 **Verificação de quórum; – Apresentação das justificativas dos conselheiros ausentes. 2 – Aprovação da pauta; 3 –**
16 **Assuntos: 3.1 – Formação Inicial para o exercício do Controle Social do SUAS.** A presidente Angra iniciou a reunião
17 cumprimentando os(as) Conselheiros(as) presentes e solicitou que a verificação do quórum do CMAS e a chamada fossem
18 realizadas. Verificado e confirmado o quórum, com a presença de dezesseis (16) conselheiros(as) titulares ou suplentes na
19 titularidade, foram apresentadas as seguintes ausências com justificativa: Mirian Suzete Monteiro, Maria Nedy Santos,
20 Luciana Braga da Silva, Gabriela Alves Teixeira, Elisa Nascimento Parra Gomes, Rosania Aparecida Silva Palamoni,
21 Cristina Malta Guimarães, Vinícius Santiago da Silva, Gabriela Cristina Carneiro Vilione, Fernanda Peixoto Cintra
22 Meneghetti, Denize Benez Ornellas Graciano, Adriana Aparecida Salviano Martins, Mariana Celia Scarabucci de Almeida,
23 Doniel Rodrigo Perez de Andrea, Karla Migani de Andrade Tozzi, Vanda Maria Pires Rodrigues e Gabriel Ferreira dos
24 Santos. Dando sequência passou-se à discussão sobre o assunto constante na pauta: **3 – Assuntos: 3.1 – Formação Inicial**
25 **para o exercício do Controle Social do SUAS.** Dando início, a presidente passou a palavra para a Secretária Executiva Maria
26 Amélia. A Secretária destacou a importância da capacitação de conselheiros em razão do papel e atribuições do colegiado do
27 CMAS, que delibera sobre a Política de Assistência Social do município. Explicou que os conselhos de assistência social são
28 instâncias criadas por Lei, destacando que a estrutura necessária da gestão pública é justamente o Conselho em
29 funcionamento, o Plano atualizado e o Fundo Municipal criado, denominado pelo sigla CPF. Salientou que este seria um
30 momento de formação inicial, porém, se faz necessário planejar uma formação continuada de conselheiros, cuja ação pode
31 ser organizada para o próximo ano. Em seguida deu início a uma apresentação em slides sobre o conselho. No primeiro
32 momento explanou sobre o conceito de participação e o controle social democrático, destacando que a constituição federal
33 trouxe essa questão da democratização para que o povo pudesse contribuir e opinar na gestão das políticas públicas. Explicou
34 as diversas formas de participação que existem, sendo ela o voto, os conselhos, as conferências, audiências públicas, dentre
35 outras. Explicou que a participação social visa o diálogo entre a sociedade e o governo no processo decisório das políticas
36 públicas e o controle social permite que a sociedade fiscalize as ações do governo, destacando que os conselhos são



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

37 instâncias legítimas de participação e controle social, criados por lei. Pontuou que o Conselho de Assistência Social é aquele
38 que atua sobre a Política Pública do município para deliberar, aprovar e opinar naquilo que o governo propõe. Apresentou
39 informações sobre o Conselho Municipal de Assistência Social de Franca que foi criado pela Lei 4.799 de 09 de Dezembro
40 de 1996, alterado pela Lei 5.491/2001 e regido atualmente pela Lei 8.388/2016. O primeiro colegiado tomou posse em 30 de
41 abril de 1997 e a primeira Mesa Diretora foi composta pelo Márcio Henrique Silva Nalini para presidente; Maria Aparecida
42 Moraes - vice- presidente; e secretária - Victalina Maria Pereira Di Gianni para o período de 07/08/97 à 27/05/99. Destacou
43 que o assistente social e servidor público, Márcio Henrique Silva Nalini, foi e ainda é uma grande referência na área da
44 assistência social. Ressaltou que a Maria Aparecida (Cidinha) também contribuiu muito na organização do conselho,
45 primeiro como conselheira e depois na Secretaria Executiva por 10 anos. Dando seguimento apresentou como está a
46 composição do conselho atualmente, sendo 18 conselheiros titulares, 09 do poder público e 09 da sociedade civil e
47 respectivos suplentes. Informou que o município de Franca, por meio da alteração da Lei de 2016, já definiu uma
48 composição nos termos das normativas nacionais, na qual a sociedade civil é composta por usuários, entidades e
49 trabalhadores do SUAS e o poder público conta com as diversas secretarias municipais que tem maior interface com a
50 Assistência Social. Desta forma garante-se que todos os atores da assistência social opinem e definam sobre a política
51 pública. A conselheira Tina lembrou que o Conselho Estadual ainda não atua com esta composição, o que significa que não
52 houve avanço do Estado, mas informou que a Lei do SUAS está em andamento e somente agora será atualizada a
53 composição do CONSEAS. Maria Amélia enfatizou que os conselheiros são agentes públicos, voluntários e prestam um
54 serviço relevante no município. Como agentes públicos devem cumprir os princípios da Administração Pública, e elas foram
55 citadas pela conselheira Geisla: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Em seguida, Maria Amélia
56 demonstrou as três principais vertentes relacionadas ao papel do CMAS, que é deliberar e regulamentar acerca da Política de
57 Assistência Social; acompanhar e avaliar toda a rede socioassistencial e, exercer o controle social sobre os recursos
58 financeiros do Fundo de Assistência Social. Enfatizou a importância das informações chegarem para todos os conselheiros,
59 com transparência e tempo suficiente para analisar e deliberar. Tina reforçou a necessidade de não ficar com dúvidas para
60 deliberar, salientando que, mesmo para quem já está há algum tempo na assistência, as vezes podem surgir dúvidas, pois a
61 realidade é muito dinâmica. Ponderou também que no conselho existe uma diversidade de representações, porém o objetivo
62 principal deve ser a defesa da assistência social. Em alguns momentos pode não haver convergência de opiniões, porém a
63 defesa naquele espaço deve ser pela Política Pública de Assistência Social e que todos ali devem garantir isso. Maria Amélia
64 reforçou que existem divergências de opiniões e de interesses às vezes, mas, conforme disse a Tina, o debate deve ocorrer,
65 buscando um consenso, em prol do coletivo. Éder e Angra também manifestaram a opinião, salientando que mesmo quando
66 há divergência de opiniões, esta não é contra a pessoa ou à entidade, pois o objetivo comum deve ser a política de assistência
67 social e seus usuários. A conselheira Geisla fez uma reflexão sobre a relevância da participação de outras secretarias, pois, é
68 uma forma de aprendizado e de maior contato com a realidade vivenciada pela população, além de compreender sobre a
69 política pública e como ela deve funcionar, pontuando que todas as ações do conselho são definidas com base em legislações
70 e de forma bastante técnica. Dando seguimento, Maria Amélia apresentou as principais atribuições do conselho que é:
71 deliberar sobre a Política de Assistência Social; os Planos Municipais; o Plano de Educação Permanente do SUAS; atuar
72 como Instância do Controle Social do PBF e CAD ÚNICO; convocar e realizar a Conferência Municipal, com o apoio da



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

73 Gestão; acompanhar e Deliberar sobre o Orçamento da Assistência Social – PPA, LDO e LOA; aprovar os aceites e
74 expansão de serviços, programas e projetos; acompanhar e fiscalizar a gestão e execução de recursos financeiros;
75 acompanhar a rede socioassistencial; inscrever novas entidades, serviços, programas e projetos, dentre outras atribuições,
76 previstas na Lei do conselho. Tina questionou se o Plano Municipal de Assistência Social já teria que ser elaborado, pois
77 geralmente o Plano Plurianual é elaborado no primeiro ano de mandato da administração municipal. Porém Iara explicou que
78 o Plano atual está vigente para 10 anos, e que o período dele é de 2022 a 2032. Posteriormente, Maria Amélia explicou o
79 papel de cada representação, na qual o poder público deve trazer informações claras, de fácil entendimento, bem como o seu
80 posicionamento sobre os assuntos em pauta e a sociedade civil deve trazer contribuições e demandas e ainda debater com
81 seus pares para trazer os seus posicionamentos. Destacou que a atuação de cada um deve ser na perspectiva da defesa da
82 coletividade. Na sequência, falou sobre o Regimento Interno do CMAS, que estabelece as regras para o seu funcionamento e
83 destacou os principais pontos que são tratados neste: processo de renovação do colegiado; atribuições e responsabilidades
84 dos(as) conselheiros(as); pautas e reuniões ordinárias; elaboração e aprovação de atas; deliberações do colegiado;
85 funcionamento das comissões de trabalho; composição da Mesa Diretora e atribuições da Secretaria Executiva. Informou
86 também que no ano anterior o Conselho aprovou o seu Código de Ética, que normatiza e traz orientações para a atuação do
87 colegiado e da conduta dos conselheiros. Salientou que o mesmo dispõe sobre os princípios fundamentais que os
88 conselheiros devem se pautar; as responsabilidades e deveres dos(as) conselheiros(as); as atribuições e procedimentos da
89 Comissão de Ética; os procedimentos para instauração de processos éticos e as sanções. A conselheira Elaine disse que a
90 Comissão de Ética estava no debate se atuaria também nas denúncias da rede e Maria Amélia explicou que a normativa não
91 prevê esse atribuição, pontuando que as denúncias relacionadas à atuação da rede socioassistencial ainda não possuem
92 normativa e nem fluxo, sendo esta uma demanda para este colegiado. Lembrou que a Comissão de Ética tinha como
93 proposta, em seu plano de ação, realizar uma apresentação dos principais pontos do Código de Ética, porém, não conseguiu
94 cumprir com essa ação e disse que a nova comissão constituída tem essa demanda. Finalizando, a Secretária explicou o que
95 está previsto no Regimento Interno acerca do compromisso dos conselheiros com a presença nas reuniões, o limite de faltas e
96 justificativas, bem como os motivos de perda de mandato. A conselheira Geisla informou que ela e o conselheiro Gabriel, se
97 organizam para que sempre tenha um dos dois participando das reuniões e perguntou se existe a necessidade de justificar a
98 ausência, mesmo quando um dos dois está presente. Sendo informado que a presença de um dos dois justifica a ausência do
99 outro, automaticamente. Maria Amélia destacou a importância do conselheiro titular estar em constante alinhamento com
100 seu suplente visando garantir sempre a representação. E ressaltou que, ainda que o conselheiro titular esteja presente, caso o
101 suplente tenha disponibilidade é importante que ele participe das reuniões para acompanhar os debates e deliberações. Por
102 fim Maria Amélia informou que o Conselho Nacional e o Ministério do Desenvolvimento Social estão disponibilizando
103 capacitações on-line bastante completas, e também alguns “podcasts” que tratam das atribuições dos conselheiros. Socializou
104 com os conselheiros os links de acesso, informando que encaminhará para os conselheiros, os slides apresentados, as
105 normativas citadas: Lei do CMAS, Regimento Interno e Código de Ética. Tina agradeceu a apresentação e disse que, ainda
106 que já tenha participado do colegiado, esses momentos de formação são bastante importantes porque fortalecem o colegiado
107 e trazem reflexões sobre o papel do conselho. Em seguida foi passada a palavra para a conselheira Iara, para que apresentasse
108 a rede socioassistencial do município. Iara solicitou que o Plano Municipal de Assistência Social fosse projetado pois o



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

109 mesmo contém toda essa organização da rede. Inicialmente Iara informou que temos o Cadastro Único, que é o órgão de
110 coleta de dados do SUAS; falou da Política de Segurança Alimentar que é um “braço” da assistência social, pontuando que
111 hoje funciona o Banco de Alimentos e os chamamentos públicos para o Plano de Aquisição de Alimentos – PAA. Em
112 seguida demonstrou os serviços e a rede da proteção básica e especial de média e alta complexidade, tanto de execução direta
113 quanto pelas organizações da sociedade civil. Destacou sobre a estrutura da Secretaria de Ação Social e apresentou a rede de
114 execução direta, que conta com 06 CRAS, da proteção social básica e 02 CREAS e 01 Centro POP, da proteção social
115 especial de média complexidade e também o Cadastro único. Disse que a partir deste ano o município iniciou uma
116 modalidade de gestão compartilhada do Cadastro Único que tem já apresentado resultados positivos, como a redução no
117 prazo de atendimento. A organização parceira é a Fundação Espirita Judas Iscariotes. Destacou que o ano passado foi
118 implantado uma nova unidade de CRAS, na região nordeste, e tem previsão de implantação de mais uma neste ano, na região
119 Centro/Sul. Em seguida passou a apresentar a rede de serviços cujas executoras são as Organizações da Sociedade Civil,
120 demonstrando também os gráficos de evolução de vagas nos serviços, bem como, os recursos financeiros aplicados pelo
121 município, estado e união. Iara demonstrou que o município arca com mais de 90% do financiamento da Assistência Social.
122 Demonstrou também os diversos avanços da assistência social do município no que se refere a implantação de novos
123 serviços, programas, projetos e benefícios, e também avançou na ampliação de recursos financeiros. Demonstrou que,
124 proteção social básica existe o serviço no domicílio, que é complementar ao PAIF e que também está na especial, sendo
125 complementar ao PAEFI e explicou como é o funcionamento deste. Tina disse que esse serviço é importante porque no
126 domicílio você consegue perceber violações que não aparecem nos serviços na entidade. Elaine também ressaltou a
127 importância desse serviço, pontuando que na proteção básica, o serviço no domicílio se assemelha ao serviço de convivência
128 e fortalecimento de vínculos, porém na casa da pessoa. Saliou que os cuidadores sociais atuam na orientação à família,
129 auxilia no acesso às outras políticas, porém, as vezes existe uma certa confusão com o serviço dos agentes de saúde,
130 ressaltando que ações de saúde não são atribuições da equipe de assistência social. Iara destacou que o serviço no domicílio
131 foi ampliado, considerando que ele evita o acolhimento. Em seguida apresentou o serviço de convivência, que hoje atende
132 todas as faixas etárias, em coletivos a partir de 0 a 6 anos e as vagas foram ampliadas. Passou, em seguida, às ações da média
133 complexidade, destacando o Centro POP, que atende a população em situação de rua. Tina perguntou como estava o
134 atendimento no Centro POP, e Iara respondeu que agora a unidade atende e acompanha os usuários, porém os provimentos
135 de alimentação, banho, pernoite e acolhimento acontecem no Abrigo. Falou que o município tem criado serviços que
136 reduzam o acolhimento, tais como a ampliação no Benefício Família de Origem, a criação do Programa de Proteção Social
137 Assistida e ressaltou que o acolhimento deve cumprir a vontade do usuário. A conselheira Tina concordou, porém, pontuou
138 que é complicado atuar desta forma quando se trata da pessoa com deficiência que muitas vezes não tem condições de fazer
139 essa definição, relatando que tem observado pessoas nesta situação, que não estão no acolhimento e que sofrem violações e
140 violências. Iara disse que a vontade da pessoa deve ser atendida, citando a Convenção da Pessoa com Deficiência, e que
141 somente em casos de curatela que isso não ocorre. Tina argumentou que a Proteção Social do Estado deve ser garantida e
142 reafirmou que não defende o acolhimento, mas é preciso olhar para aquelas pessoas que não tem condições de tomar essa
143 decisão. Iara disse que a proteção existe e que o acompanhamento ocorre por meio dos outros serviços e programas e disse
144 que essa é uma pauta da pessoa com deficiência e propôs que esse debate possa ser feito em algum momento posterior e



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

145 propôs uma reunião somente com essa temática. Dando seguimento, apresentou o serviço de Unidade de Referência – UR,
146 que é um serviço de proteção social de média complexidade, que foi mantido, porém a partir de um reordenamento foram
147 priorizadas as modalidades de Centro-dia e Domicílio. Houve uma ampliação de vagas no serviço de Centro dia, que hoje
148 funcionam como Centro-Dia Intergeracional e Centro-Dia para Pessoas com Deficiência e Pessoas Idosas com Dependência.
149 Em relação ao serviço de medidas socioeducativas, Iara explicou que é responsabilidade da Assistência Social somente as
150 medidas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços a Comunidade, e conta com 70 vagas. Segundo a conselheira
151 Christiane, hoje o numero de atendidos considera a medida aplicada e não mais por adolescente atendido. Outro serviço de
152 média complexidade é o Abordagem social que foi implantado em 2021. Passou então aos serviços de alta complexidade,
153 pontuando que o serviço de acolhimento de crianças e adolescentes, teve uma mudança de concepção, com foco no Programa
154 de Proteção Social Assistida e Família de Origem e que os acolhimentos tem tido reduções, pontuando que hoje são
155 atendidas 40 pessoas, em casas lares e abrigo. A prioridade de acolhimento, quando necessário é para famílias acolhedoras,
156 que hoje conta com capacidade de atendimento de 30 vagas. Em relação ao acolhimento em república pra jovens, informou
157 que foi implantada um república para egressos do serviço de acolhimento, em 2021. Porém, observou-se que esse modelo
158 institucional foi prejudicial e em assembleia com os próprios usuários, definiu-se pelo fechamento deste serviço em 2024 e
159 hoje os jovens são atendidos com aluguel social, Benefício do Família de Origem e Programa de Proteção Social Assistida.
160 Os serviços para população em situação de rua também foram reorganizados e hoje o acolhimento acontece no abrigo, casa
161 de passagem ou acolhimento noturno e o serviço da unidade dia para população de rua atende com banho, alimentação,
162 higiene. Todos são executados pela Pastoral do Menor. O serviço para mulher em situação de violência teve ampliação de
163 uma vaga, ficando de 05 para 06, este ano. O serviço de acolhimento de pessoa idosa atende hoje 334 pessoas, e destacou o
164 montante que o poder público assume é majoritariamente superior em detrimento aos valores de recurso do estado e união.
165 Em relação ao Serviço de Residencia Inclusiva, hoje a assistência conta com 04 unidades, para pessoas acima de 18 até 59
166 anos, com deficiência. O Programa do Núcleo Reconhecer, atua em todas as situações violências, e é referenciado ao
167 CREAS. Iara disse que esse programa foi criado em razão do grande número de situações de violências de gênero registrados
168 pela Proteção Social Especial, especialmente pelo CREAS, que não possuía mais a capacidade operacional para atendimento
169 de toda a demanda. O Benefício Família de Origem existe hoje para quem tem o risco de ser acolhido, e, além do benefício,
170 as famílias e usuários são acompanhados pelo Programa de Proteção Social Assistida. O moradia primeiro é um projeto de
171 enfrentamento à pobreza e é voltado à população em situação de rua. Em seguida Iara elencou as metas e vagas nos
172 benefícios existentes, sendo eles: Benefícios família de origem; Benefícios eventuais, por meio do Cartão alimentação,
173 auxilio natalidade e auxilio aluguel. Ao final da apresentação, a presidente Angra agradeceu pelas apresentações da Maria
174 Amélia e da Iara, pontuando que foi um momento bastante importante neste inicio de mandado, e que precisamos pensar
175 numa capacitação continuada para o conselho. Em seguida, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião as
176 11h45 (onze horas e quarenta e cinco minutos). Eu, Maria Amélia Facioli Vergara, Secretária Executiva do CMAS, lavrei
177 a presente ata, que ser lida pelo colegiado e, após sua aprovação será anexada a lista de presença e arquivada na Secretaria
178 Executiva do CMAS.

179